

9

**MULHERES NEGRAS: COLONIZAÇÃO, RACISMO E
MERCADO DE TRABALHO****BLACK WOMEN: COLONIZATION, RACISM AND THE
LABOR MARKET****Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão*****Augusto Ferreira Ramos Filho******Laleska Dayane Oliveira Apolinário*******Fabiano Lucio de Almeida Silva ******

RESUMO: Refletir acerca do preconceito racial que mulheres negras sofrem ao buscar sua inserção no mercado de trabalho, além de expressar como o episódio liga-se a fatos históricos, como a colonização, os quais normalizam a introdução da mulher negra em postos de trabalho vistos socialmente como inferiores. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica trazando diversas visões sobre a influencia da colonização na locação das mulheres negras no mercado de trabalho.

PALVRAS-CHAVE: Mulheres negras; Mercado de trabalho; Racismo.

ABSTRACT: Reflect on the racial prejudice that black women suffer when seeking to enter the labor market, in addition to expressing how the episode is linked to historical facts, such as colonization, which normalize the introduction of black women in jobs socially seen as lower. The methodology used was a bibliographic review bringing different views on the influence of colonization on the location of black women in the labor market.

KEYWORDS: Black women; Job market; Racism.

* Mestre em Gestão Pública (UFPE). Graduado em Psicologia (CESMAC). Professor auxiliar da Faculdade Cesmac do Agreste. Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas. Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/2072872751966789>. ORCID: <https://orcid.org/0000.0002-3622-3535>. E-mail: luiz.gusmao@cesmac.edu.br

** Doutor em Administração. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8375-4024>. E-mail: augusto.filho@uneal.edu.br

***. Mestranda em Administração Pública. Pós-Graduação Lato Sensu em Finanças Corporativa (UNINASSAU). Graduação em Ciências Contábeis (UNEAL). Professora do SENAC/AL. ORCID: <https://orcid.org/0000.0002-6147-4168>. E-mail: laleska_apolinario@hotmail.com

**** Doutorando em Direito (UNESA/RJ). Mestre em Saúde Coletiva (IEP-HSL). Pós-graduação Lato Senso em Direito Administrativo (Centro Educacional Renato Saraiva) e Direito Processual (CESMAC), Pós-Graduação em Gestão em Saúde (ENSP/FIOCRUZ). Graduação em Direito (CESMAC) e Administração (UNEAL). Licenciado em Sociologia (UNOPAR). Professor no Curso de Direito da Faculdade CESMAC do Agreste. Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/0352721431140591>. E-mail: fabiano.silva@cesmac.edu.br

INTRODUÇÃO

Falar sobre a problemática da não inserção da mulher negra no mercado de trabalho é muito importante para o meio social, pois é uma das melhores maneiras de combate ao racismo, advindo da colonização, e ocasiona a diminuição das desigualdades trabalhistas, uma vez que ao estudar e saber um pouco mais sobre o assunto os indivíduos adquirem consciência e podem atuar na modificação de tal estrutura racista.

Há muito tempo a questão racial não é colocada em discussão como deveria. Nesse sentido, a sociedade passou a colocá-la em segundo plano ou tratar a abordagem como algo irrelevante até os dias atuais, o que fez com que práticas discriminatórias fossem normalizadas e as mulheres negras continuassem sendo impossibilitadas de fazer parte do mercado de trabalho em grande número justamente por sua cor.

O racismo no Brasil é estrutural e institucionalizado, permeando todas as áreas da vida. Nessa perspectiva, parte das pessoas que mantêm essa estrutura resolvem ser coniventes com a discriminação principalmente pelo medo de perder seus privilégios sociais, resultando na continuidade da inferiorização de pessoas racializadas - mais especificamente mulheres negras - e a alternativa de ocupação em cargos de menor importância.

Desse modo, tornou-se essencial trazer à tona essa temática para causar reflexões e fazer com que as pessoas possam questionar cada vez mais as suas atitudes, permitindo que a negação de oportunidades não aconteça cotidianamente, seja de maneira explícita ou velada, posto que não seria possível curar uma ferida aberta por séculos de violência, escravidão e discriminação contra mulheres negras fingindo que ela não existe.

Pesquisar sobre a não inserção da mulher negra no mercado de trabalho é de extrema relevância para todos os âmbitos sociais e perceber como essa problemática está presente é um grande passo para alcançar a transformação dessa realidade.

Além disso, deve-se observar o quanto importante esse trabalho científico pode ser para o meio acadêmico, trazendo aos olhos da universidade um assunto de valor significativo e, assim, apresentar aos alunos a realidade de diversas mulheres negras, o que causa uma grande reflexão sobre o que eles podem vir a fazer posteriormente para resolver esse problema de maneira gradativa, dado que trata-se de futuros profissionais responsáveis pela gestão de empresas e que devem ter compreensão na hora de contratar funcionários - não contribuindo para a continuidade do sistema racista à medida que empregam o indivíduo por sua competência e não por sua cor ou sexo.

Outrossim, o trabalho científico gera uma visão crítica do porquê mulheres negras na maioria das vezes são levadas a assumir cargos de não liderança ou até coisas mais simples, como a percepção do acadêmico na sua própria instituição percebendo que a maioria dos seus colegas universitários são brancos, ou seja, o estudante passa a notar que a sociedade falha em todo o processo quando trata-se de pessoas de pele negra, principalmente mulheres.

Outro fator importante é que o trabalho científico pode despertar no meio acadêmico uma maior vontade de pesquisa e leitura sobre gênero, classe e raça, o que possibilita dar um novo caráter ao curso de Direito, o qual é em muitos lugares elitista e conservador. Dessa maneira, trazer uma discussão de alto nível, que fala sobre racismo, mulheres negras e mercado de trabalho pode trazer inúmeras mudanças no cenário atual - cenário esse que valoriza e privilegia em sua maioria homens brancos.

O preconceito racial existente na sociedade fora trazido junto às caravelas e aos navios negreiros, os quais transportavam os habitantes do continente africano e vendiam-lhes no território brasileiro. Dessa maneira, tal comercialização da vida humana propiciou a geração de discriminação e repúdio à figura do negro.

Além disso, um dos maiores mecanismos de dominação e coerção da época, a Igreja Católica, defendia e justificava religiosamente a escravidão, a tortura e a inferiorização dos povos advindos da África. Sendo assim, é perceptível o quanto toda conjuntura histórico-social pela qual o Brasil fora moldado exerce influência atualmente na vida de milhares de pessoas negras.

Dentro dessa conjuntura, um caso específico a ser tratado é a dificuldade que mulheres negras encontram no mercado de trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 36% das mulheres negras vivem abaixo da linha da pobreza. Ademais, a mesma pesquisa consta que o número de desempregadas aumentou comparando-se ao ano anterior.

Dessa forma, torna-se evidente a viabilização e realização desta pesquisa, já que a mesma baseia-se tanto em dados de uma organização séria, como também é embasada em fatos históricos e sociais, os quais foram vivenciados pelos negros em nosso país.

ESTADO DA ARTE

Ao citar a historicidade do racismo, percebe-se que não é um fator recente e que também se mantém ao longo dos anos, período esse que tem como base a comercialização,

violência, desumanização, opressão e apagamento identitário, pois

[...] Segundo Palma e Truzzi (2012), durante o aprisionamento, a comercialização e a travessia do Atlântico, ocorre um processo de negação e apagamento do antigo nome dos escravizados, o que em certa medida pode ser associado à recorrente falta de registros históricos de origem até hoje entre famílias negras. Ainda segundo os autores, havia uma carta régia que estabelecia que os escravos capturados, antes mesmo de serem embarcados, deveriam ser catequizados e batizados ainda em solo africano, tendo como pressuposto que a conversão religiosa era um dos pilares da legitimação da escravidão dentro das monarquias ibéricas. Somente na chegada de ao solo brasileiro, após ser batizado novamente por um padre, o cativo recebia um nome cristão. Nos documentos referentes ao tráfico negreiro, os escravos eram individualizados por meio da descrição de suas características físicas e marcas corporais (GÉNOT, 2019, p. 38).

A investigação histórica não só evidencia a crueldade vivenciada por diversas pessoas negras, mas também constata o quanto a religião contribuiu fortemente para a naturalização de práticas racistas até a atualidade. Conforme Munanga (2004 apud GÉNOT, 2019, p. 58), os europeus utilizaram de bases religiosas para discriminarem livremente outros povos. Nesse sentido, com a história dos Reis Magos, os teólogos comprovaram que pessoas negras também eram descendentes de Adão como os europeus e, após isso, para “humanizar” os indígenas encontraram argumentos da própria Bíblia para fazer o mesmo. Assim, com a descendência adâmica comprovada, o próximo passo seria convertê-los ao cristianismo, visto que, segundo eles, negros e indígenas eram de natureza pecaminosa. Então,

[...] de acordo com Guimarães (2003), para justificar a escravidão foi construída uma explicação em termos teológicos de que os negros eram descendentes de Cã, uma tribo amaldiçoada de Canaã. Deste modo, “muitos escravocratas e fazendeiros achavam que tinham uma missão civilizadora, que estavam redimindo os filhos de Cã, descendentes daquela tribo perdida e pagã, trazendo-os para a civilização cristã, agora, para aprender o valor do trabalho” (GUIMARÃES; apud GÉNOT, 2019, p. 58).

Sendo assim, para Génot (2019, p. 59), as justificativas teológicas foram uma das razões apontadas pela Igreja Católica para abençoar a escravidão, assinaladas como um caminho para converter e salvar os povos ao cristianismo.

Ademais, ao tomar como base o panorama histórico do racismo, percebe-se que

[...] a Lei Áurea, assinada em 1888, deu liberdade formal aos escravizados, mas não significou rupturas efetivas na condição social dos(as) negros(as), que, “desprovidos(as) de profissão, escolaridade, terras ou qualquer outra forma de compensação pelos séculos de cativo, ficaram à margem da estrutura social brasileira” (SILVA, 2010, p. 19 apud GÉNOT, 2019, p. 140).

Silvio Almeida, em seu livro “Racismo Estrutural”, emana uma visão sobre o que entendemos na atualidade como raça: advém da formação da política e da economia das

sociedades contemporâneas (ALMEIDA, Silvio, 2019).

Além disso, tratando-se do Brasil, houve a falsa idealização de um país que possibilitava a igualdade de todos os indivíduos independente do fator racial de cada um, originada a partir da concepção do escritor Gilberto Freyre, segundo o qual deu bases para a concepção de uma democracia racial - pautada na miscigenação e mobilidade social -, uma vez que

[...] A estratégia dominante, segundo Guimarães (2003), sempre fora de incentivo ao clareamento da pele da população via miscigenação expressa via ideário da democracia racial, e apagamento do multiculturalismo, ou seja, de “embranquecimento”, de incorporação dos mestiços socialmente bem-sucedidos ao grupo dominante “branco” [...] (GÉNOT, 2019, p. 39).

Ainda no cenário brasileiro, é importante salientar que outros personagens eugenistas receberam destaque na perpetuação do racismo, como o médico psiquiatra e escritor brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, o qual correlacionava a criminalidade e a “raça” negra sem buscar a condição social e histórica desse grupo para explicar a situação que condicionava mais pessoas negras no sistema carcerário. Assim, Raimundo não só tinha um pensamento eugenista, como também firmou bases para que outras pessoas pudessem reproduzir o seu pensamento racista e dar continuidade às práticas discriminatórias. Portanto, **“a condição social e histórica deve ser levada em consideração para justificar a produção das estatísticas”** (MUNANGA, 2010 apud GÉNOT, 2019, p. 127, grifo do autor).

Sendo assim, o mito da democracia racial originou definições e aplicações restritas aos termos “raça” e “etnia”, o que colabora para velar as desigualdades e segregações raciais que continuam a existir no país sem levar em consideração que **“[...] as trajetórias individuais são únicas, ainda que a raça e/ou a etnia possam ser limitadores, filtros das experiências na sociedade”** (GÉNOT, 2019, p. 129, grifo do autor).

Ademais, é muito importante entender a definição de raça e etnia, não só para aumentar o conhecimento, como também para ajudar a combater as dificuldades ligadas à questão racial, uma vez que raça é um fenômeno complexo e necessita de aprofundamento, pois **“confundir raça e etnia mais dificulta a superação do racismo e do preconceito étnico do que contribuir para a sua erradicação”** (VIANA, 2009, p. 21 apud GÉNOT, 2019, p. 30, grifo do autor).

Dessa maneira, as pessoas passam a entender que o conceito de raça e etnia difere em cada contexto social, sendo influenciado por seu período histórico e pela ação de importantes movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado, pois **“[...] o MNU vai requerer a adoção prática do termo ‘raça’, em nome da detecção do racismo: as desigualdades e experiências sociais repetidamente sofridas pela população de ancestralidade e fenótipo lidos**

como negros [...]” (GUIMARÃES apud GÉNOT, 2019, p. 40).

No século XIX houve uma tentativa de investir na explicação do racismo com base na ciência, surgindo então o que costuma ser classificado como “racismo científico”. Fundamentado nisso, o diplomata, escritor e filósofo francês Arthur Gobineau tem seu pensamento citado por Silvio Almeida, pois contribui para a existência do racismo científico ao expor que não seria certo haver uma mistura de raças, porque os frutos dessa mistura teriam uma maior tendência a serem degenerados. Nesse sentido, as teorias que buscavam explicar o racismo de forma científica, sendo algo inato negros serem inferiores aos brancos, reforçou a perpetuação do racismo mesmo depois da abolição da escravidão (ALMEIDA, Silvio, 2019).

Como fala Ellen Meiksins, o racismo moderno é um reflexo do conjunto de todas as explicações científicas acerca da inferiorização do negro, colocando a depreciação como uma coisa natural dele, isto é, como uma coisa biológica. (apud ALMEIDA, Silvio, 2019).

Para Hall (2013 apud GÉNOT, 2019, p. 74) o cientificismo do emprego do termo “raça” legitima a classificação das diferenças e contribui para manter as relações de poder de uma cultura. Dessa forma, a concepção científica serviu para reforçar a dominação em diversos contextos históricos, originando também a ideia de raciologia. Além disso,

A raça funciona como uma linguagem. E os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infundável de constante resignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos (HALL; apud GÉNOT, 2019, p. 76-77).

Além do mais, ainda levando em consideração a concepção científica, Munanga (2004 apud GÉNOT, 2019, p. 87) destaca que a classificação dos povos deriva das suas características físicas, perdendo força apenas a partir de 1970 - quando os progressos na ciência biológica ocorrem -, o que gerou um aumento significativo da consciência política e dos estudos sobre raça, marcado por fortes tensões, a exemplo da reemergência da Ku Klux Klan (KKK), as Leis Jim Crow no Sul dos Estados Unidos (EUA) e o Apartheid implementado na África do Sul. Além disso,

[...] No Brasil, no século XIX, o médico psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues sempre fez a correlação entre a criminalidade e a “raça” negra, não por motivo de ordem socioeconômica, mas por questões puramente somáticas. Nina Rodrigues correlacionou a frequência e a superioridade estatística do negro brasileiro na

criminalidade com a sua herança genética, em vez de buscar a explicação na sua condição social e histórica. (GÉNOT, 2019, p. 126).

Mesmo que atualmente essas teorias já tenham sido refutadas e desprezadas pela comunidade científica, o conceito de raça ainda é utilizado para a naturalização das desigualdades de grupos considerados minoritários, contribuindo para a perpetuação de atitudes discriminatórias e a diminuição das chances da extinção do racismo (ALMEIDA, Silvio, 2019).

Sobre as diversas maneira de expressão da discriminação, Munanga afirma que elas se refletem na “evitação, rejeição verbal (piada, brincadeira e injúria), agressão ou violência física, segregação especial e tratamento desigual [...]” (apud GÉNOT, 2019, p. 117).

Ainda sobre a discriminação, podemos evidenciar que:

Outro modo de a discriminação se expressar ou se materializar seria, sob esta ótica, quando homossexuais, mulheres, pessoas com deficiência ou pessoas idosas são impedidas de ocupar um posto numa empresa privada ou numa repartição pública; fala-se, então, de racismo institucional, diferente do que acontece nas relações interpessoais (GÉNOT, 2019, p. 117).

Tratando-se do mercado de trabalho, o ambiente para pessoas negras apresenta diversos obstáculos. Nesse sentido, a indústria da moda também é um dos meios que recebe influência e reproduz a estrutura racista que foi instaurada na sociedade, o que contribui para a exclusão e apagamento de identidades. Assim, Génot (2019, p. 13) expõe a sua experiência de vida enquanto modelo fora do Brasil e também a fala racista que escutou em uma das suas tentativas de trabalho, segundo a qual o agente da empresa constatou uma grande beleza na profissional, mas havia um problema: Luana era negra. Fator que evidencia o quanto o racismo ainda é mantido e naturalizado, principalmente pelos meios de comunicação como a mídia em geral, posto que

Esta necessidade de estudar criticamente a mídia, com um olhar mais apurado em relação às imagens repetidas, que nos interessam aqui, em relação ao negro, extrapola o fato de este ser um mercado importante na economia do país, e inclui o fato de ser ela um dos mais eficientes vetores de discursos e mensagens simbólicas [...] (GÉNOT, 2019, p. 137, grifo do autor).

Ademais, de acordo com Silva (2010, p. 24 apud GÉNOT, 2019, p. 136), a relevância e influência pública mostra que é importante haver uma regulamentação das representações com o objetivo de concretizar uma maior diversidade étnico-racial nas propagandas, por exemplo, uma vez que o Brasil tem uma população em maior parte negra, mas ainda assim as pessoas não se sentem representadas. Então, o discurso de representatividade deve estar apoiado aos

conteúdos apresentados nas mídias, pois “ainda ocorre a manutenção de um imaginário negativo sobre o negro [...]”, com um grande alicerce midiático.

Silvio, então, fala que as instituições em sua maioria são constituídas por homens brancos no poder, porque existe um padrão o qual dificulta a ascensão de pessoas negras, trazendo assim uma sensação de que homens brancos em cargos de destaque costumam ser mais natural e mais aceitável, ou seja, “as instituições são racistas, porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, Silvio, 2019, p.31). Dessa maneira, Silvio explana que a sociedade apresenta uma estrutura racista e conseqüentemente, todos os seus vieses serão, também, racistas - mesmo que de forma inconsciente.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), percebe-se que a presença negra é maioria no país. Diante disso, não é difícil chegar à conclusão de que a maior parte da população negra é marginalizada e relegada à pobreza extrema, tais fatos comprovam-se historicamente ao analisar-se o tratamento recebido por este povo desde a chegada de seus antepassados no Brasil por meio dos navios negreiros. Assim, toda a história brasileira leva à exclusão desses povos, a qual acarretou na situação vivida atualmente pelos indivíduos negros. Dessa forma, é necessário uma atenção especial ao caso das mulheres negras e periféricas e sua inserção no mercado de trabalho atualmente.

Anhamona da Silva Brito (Secretária de Políticas de Ações Afirmativas - SPAA - da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir) afirma: ‘Reconhecer, na verdade, as mulheres negras enquanto uma população estratégica para a tessitura de políticas públicas que visa incluir esse segmento, quando é qualquer segmento, é um segmento majoritário. Significa reconhecer efetivamente que o racismo existiu, existe, que tinha e tem efeitos, e que esses efeitos refletem na extrema concentração de pobreza em determinados segmentos populacionais’ [...] (SILVA, Anhamona, 2012, p. 21).

Assim, é perceptível o quanto o racismo interfere no âmbito mercantil e de capital. Então, ações afirmativas fazem-se necessárias para que passe a existir uma determinada equiparação histórica, a fim de reparar as mazelas deixadas pelo preconceito, pela constante discriminação e pelo racismo. Com relação a isso, a mesma autora explana:

[...] O Brasil Sem Miséria é um programa que tem um caráter arrojado, tem pretensões audaciosas, notadamente arrojadas, uma vez que não visa tão somente conferir transferência de renda aos sujeitos, às pessoas beneficiárias pelas políticas que compõem o programa, na verdade há uma linha que visa estabelecer o acesso aos serviços públicos e uma outra linha que visa estabelecer a inclusão produtiva. No que diz respeito à inclusão produtiva tem algumas frentes que se constituem para a Seppir e também para a Secretaria de Políticas para Mulheres como oportunidades, espaços importantes para um aperfeiçoamento de seu papel missional, de suas atribuições de estabelecer interseccionalidade da questão racial e da questão de gêneros na projeção, no acompanhamento, na avaliação de políticas públicas. Tem

uma ação chamada mapa de oportunidades em que os estados, prefeituras, com a iniciativa privada, visam levantar um conjunto de oportunidades disponíveis nas cidades para incluir sujeitos que estão nessa condição de pobreza extrema. Tem uma outra linha, uma outra frente voltada para a qualificação de mão de obra dos beneficiários do Bolsa Família, que visa possibilitar uma inserção mais qualificada no mundo do trabalho por meio de cursos de formação sintonizados com as capacidades e potencialidades, dotações econômicas regionais. Isso é algo muito interessante, mobiliza as escolas técnicas, o Sistema S, outras redes estão sendo mobilizadas [...] (SILVA, Anhamona, 2012, p. 22).

Portanto, deve-se entender a importância de políticas públicas como as exemplificadas acima, já que existe um disparate entre as oportunidades de emprego para mulheres brancas e negras. Além disso, a autora discorre sobre o quanto investir nessas ações afirmativas pode trazer benefícios para a economia brasileira.

Não muito tempo atrás, ser uma dedicada dona de casa era o máximo que uma mulher conseguiria almejar em meio a uma sociedade machista e misógina, segundo a qual era impossível para uma mulher trabalhar ou estudar, por exemplo. Entretanto, essa configuração social ficara para trás. Atualmente, o laborioso serviço é visto com outros olhos, então o que já fora motivo de orgulho perdeu tal sentido e tornou-se "vergonhoso" ter apenas essa ocupação. As mulheres donas de casa sofrem preconceito e são tratadas como "relaxadas" ou "desocupadas". Assim sendo, observa-se a necessidade da mobilização dessa classe para ter seus direitos garantidos.

Quando observávamos o contexto desfavorável em que nos encontrávamos reparamos que não havia um olhar sobre nossa classe de mulheres donas de casa, mulheres trabalhadoras domésticas, e que também éramos discriminadas. Então, com o tempo, assumi a Associação das Donas de Casa na tentativa de lutar pela inserção social e pela Previdência [...]. (SANTOS, Maria, 2012, p. 59). [...] Quando nós, donas de casa, percebemos que não adiantava ficarmos só, iniciamos um processo de fortalecer essas questões na organização e fortalecer a consciência de que somos realmente mulheres trabalhadoras, que temos o direito de nos cuidar, de administrar o tempo como qualquer outra mulher trabalhadora, bem como participando das atividades, das lutas pelos nossos direitos [...]. (SANTOS, Maria, 2012, p. 60).

“[...] Essa naturalização como um trabalho típico do sexo feminino dificulta qualquer tentativa de visibilidade, de identificação, de direitos etc. e essa relação também pela história que temos, é um trabalho racializado” (MORI, Natália, 2012, p. 71). Esse trecho, do livro “Festival Da Mulher Afro-Latino Americana e Caribenha: mulheres negras no mercado de trabalho”, expõe o quanto é naturalizada a ideia de que o trabalho doméstico, obrigatoriamente, deve ser feito por mulheres. Tal naturalização está diretamente relacionada à quantidade de horas trabalhadas a mais pelas mulheres, pois além de trabalharem fora de casa, precisam tomar conta de toda a manutenção do lar.

O trabalho doméstico no Brasil ainda é uma questão muito delicada, já que a construção do mesmo deu-se através do trabalho de mulheres negras desde o período colonial. Dessa maneira, é oportuno esclarecer o quanto o racismo estrutural e colonial perpassa até os dias atuais, além de exercer domínio sobre as relações entre patrão e empregado. Logo, é perceptível o quanto a relação empregatícia é desigual, desumana e injusta, uma vez que a grande maioria das trabalhadoras submetem-se às condições de trabalho precárias, como a altíssima carga horária, salários reduzidos, o fato de precisar dormir no local de trabalho, presenciar ou até mesmo sofrer assédio, entre outros.

Na época da Casa Grande, na época dos quilombos, as escravas domésticas ajudavam, muitas vezes clandestinamente, os negros que estavam lá na cana-de-açúcar, na lavoura e que não podiam frequentar o espaço da casa. Elas informavam, por exemplo, os momentos em que os senhores iam viajar e aí os negros podiam perceber os momentos propícios para organizar uma fuga para os quilombos. A escrava doméstica tinha esse papel de contribuir com as estratégias dos negros. E desse processo para cá houve mudanças diversas, passamos de mucamas, ama de leite, escravas, tudo isso, depois criadas, depois afilhadas, depois empregadas domésticas e hoje nós dizemos que somos trabalhadoras domésticas, fazemos parte da classe operária brasileira e queremos ser reconhecidas como tal (OLIVEIRA, Creuza, 2012, p. 62).

Para finalizar as explanações sobre o trabalho doméstico, é importante salientar que também existem medidas e ações sendo feitas para compreender melhor a situação dessa ocupação, e - a partir disso - construir mudanças significativas e mais justas para essa classe de trabalhadoras.

O trabalho doméstico dá uma contribuição fundamental para o trabalho reprodutivo, para a reprodução da sociedade e para a reprodução da própria força de trabalho, nesse sentido ele gera valores e dá uma contribuição fundamental para a economia e para o desenvolvimento dos países. Partindo dessa compreensão, dessa percepção, a OIT define em 2008 que em 2010 e 2011 a conferência internacional do trabalho dedicaria um tempo da sua pauta de discussão para avançar na discussão sobre esse tema [...]. (VASCONCELLOS, Márcia, 2012, p. 53).

Quando falamos de desigualdade no mercado de trabalho, também podemos levar em consideração o discurso de Tatiana Dias Silva, feito no Festival da Mulher Afro-latina Americana e Caribenha sobre as mulheres negras no mercado de trabalho, ao questionar e interpretar quais seriam as motivações para tal desigualdade mercantil. Assim, Tatiana realiza uma ligação entre os níveis de escolaridade entre homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras e, a partir disso, mostra como a escolaridade da população negra é inferior. O que, conseqüentemente, resulta nas desigualdades encontradas no mercado de trabalho, pois as pessoas negras possuem uma taxa de formação menor que pessoas brancas,

favorecendo a permanência das disparidades (SILVA, Tatiana Dias, 2012).

Ainda na fala de Tatiana, observa-se como as mulheres negras estão em cargos inferiores, posto que “a posição da mulher negra no mercado de trabalho, em 2009, mostra que 24% é empregada com carteira assinada, mas 21% das mulheres negras estão na posição de empregadas domésticas” (SILVA, Tatiana Dias, 2012, p.25). Dessa forma, entende-se que as pessoas negras do sexo feminino são constantemente inseridas em cargos inferiorizados, vítimas de uma estrutura racista que se mantém até os dias atuais e necessita de uma urgente interferência.

Outrossim, Neide Aparecida Fonseca, também palestrante do Festival, faz uma reflexão sobre como as informações são importantes. Porém, alerta que mais do que o acesso informativo sobre as desigualdades, é fundamental agir a partir de medidas efetivas para que mudanças satisfatórias sejam concretizadas, pois - segundo ela - de 1999 até 2011 a situação da comunidade negra não mudou muito (APARECIDA, Neide, 2012).

Ademais, Andrea Nice Lino Lopes, palestrante do Festival, traz uma reflexão de como a discriminação está naturalizada e como as pessoas já se acostumaram a sofrer com isso, não chegando a perceber quando atitudes discriminatórias ocorrem de fato - o que está vinculado com os baixos números de denúncias referentes à discriminação no meio de trabalho. (LOPES, Andrea Nice Lino, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva, a sociedade já está tão acostumada com indivíduos negros ocupando profissões e cargos socialmente considerados inferiores que sequer percebem ou faz questionamentos sobre o porquê desse fato acontecer cotidianamente. Como citado no livro de Silvio Almeida, algumas pessoas vão tentar justificar essa inferiorização na inaptidão das pessoas negras para alguns cargos, teoria abertamente racista, uma vez que, no lugar de perceber a maneira como os brancos são privilegiados e como o país sobrevive com os resquícios de uma sociedade escravista em sua cultura, tentam colocar a culpa da situação na vítima desse emblema social.

Além disso, o racismo consegue - ainda na atualidade - se perpetuar por dois motivos: por meio da produção de um sistema de ideias que acabam por fornecer uma explicação racional para a desigualdade racial, bem como constituindo “sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem

‘normal’ e ‘natural’ que no mundo haja ‘brancos’ e ‘não-brancos’” (ALMEIDA, Silvio, 2019, p. 40).

Basicamente, as tentativas para dar uma explicação que minimize o racismo acabam tendo um papel extremamente importante na perpetuação do mesmo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRITO, Anhamona da Silva. Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA : mulheres negras no mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2012.

FONSECA, Neide Aparecida. Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado. FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA : mulheres negras no mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2012.

GENÓT, Luana. **Sim à Igualdade Racial: raça e mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2019.

MORI, Natália Maria. Trabalho Doméstico. FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA : mulheres negras no mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2012.

OLIVEIRA, Creuza Maria de. Trabalho Doméstico. FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA : mulheres negras no mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2012.

SILVA, Tatiana Dias. Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado. FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA : mulheres negras no mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2012.

SANTOS, Maria das Graças. Trabalho Doméstico. FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA: mulheres negras no mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2012.

VASCONCELLOS, Marcia. Trabalho Doméstico. FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA: mulheres negras no mercado de trabalho. Brasília: Ipea, 2012.

Artigo enviado em: 01/02/2022

Artigo aceito para publicação em: 10/03/2022